



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO PERMANENTE DE PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO
DO SOLO, POLÍTICA URBANÍSTICA E HABITAÇÃO

PARECER FAVORÁVEL Nº 3449/2023

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 4534/2022

RELATOR: MARCELO LESSA

Ementa: ALTERA O §1º DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 5.223 DE 05 DE JANEIRO DE 1996.

I - RELATÓRIO:

Trata-se de um Projeto de Lei do Exmo. Vereador Fred Procópio, que ALTERA O §1º DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 5.223 DE 05 DE JANEIRO DE 1996.

“Art. 1º - Fica alterado o §1º do artigo 1º da Lei nº 5.223 de 05 de janeiro de 1996, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§1º - Nada obstante, as denominações consideradas "desconhecidas", porque se desconhecem os dados referentes ao homenageado e às razões da homenagem, podem ser substituídas por novas, desde que, em consulta popular, promovida pela Câmara Municipal, a maioria absoluta dos moradores do logradouro se manifestem favoravelmente à mudança.”

Art. 2º - Os demais artigos ficam inalterados.

Art. 3º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.”

Inicialmente, cumpre ressaltar as competências da Comissão de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habitação, conforme disposto pelo Art. 35, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis:

Art. 35. Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:

XIV - Comissão de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habitação :

a. exame e emissão de parecer sobre todas as proposições e matérias relativas à:

1 - cadastro territorial do Município, planos gerais e parciais de urbanização ou reurbanização, zoneamento, uso e ocupação do solo;

II - VOTO:

O Presente Projeto de Lei tem como objetivo aprimorar a Lei nº 5.223 de 1996, isso em razão da exigência da lei em questão em que para se alterar a denominação de um logradouro haja a anuência da maioria dos moradores locais, o que é de fato plausível, todavia a mesma exige ainda que os mesmos sejam eleitores, fato este que politiza demasiadamente a alteração de denominações.

Justifica o Autor:

“Politiza demasiadamente a alteração de denominações e se desencontra das exigências previstas para a denominação de um logradouro público, quais sejam as previstas no artigo 79, §2º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, quais sejam: "abaixo assinado dos moradores do logradouro em questão e dados biográficos do homenageado e de suas possíveis ligações com o local da denominação".”

A proposta em exame encontra-se revestida de constitucionalidade e legalidade, pois por força da Constituição os Municípios são dotados de autonomia política para legislar sobre assuntos de interesse local, nos moldes do **art. 30, inciso I, da CRFB/88**. Bem como, complementar no que couber, a legislação federal e estadual, conforme **art. 30, II da CRFB/88**, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Neste sentido, o Art. 16, § 3º da Lei Orgânica Municipal permite que esta iniciativa seja proposta pelo Município, cujo teor transcrevemos:

Art. 16. Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população:

§ 3º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual.

Ademais, o art. 59, Caput da Lei Orgânica Municipal dispõe sobre a iniciativa das leis, sendo elas a qualquer Vereador. *In Verbis*:


Art. 59. A Iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, Comissão Permanente da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, sendo que estes últimos a exercerão sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município no último pleito eleitoral, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Ante o exposto, não há óbice à tramitação da presente proposição, motivo pelo qual nos manifestamos de forma **FAVORÁVEL** à sua apreciação em Plenário.

III - PARECER DAS COMISSÕES:

A Comissão Permanente de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habitação (Presidente) manifesta-se **Favoravelmente** à tramitação desta proposição.


Sala das Comissões em 21 de Março de 2023



MARCELO LESSA
Presidente



FRED PROCÓPIO
Vice - Presidente



JUNIOR PAIXÃO
Vogal